

9º seminário docomomo brasil
interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente
brasil . junho de 2011 . www.docomomobsb.org

Conjunto Habitacional BNH: registro de um exemplar

Maria Luiza Adams SANVITTO*

*Doutora em Arquitetura, PROPAR/UFRGS, 2010
Av. Iguazú, 206, apto 702, CEP 90.470-430, Porto Alegre/RS
isa-sanvitto@uol.com.br

Resumo

O desenvolvimento das iniciativas oficiais no provimento de habitações para a população de baixa renda no Brasil pode ser dividido em três fases, de acordo com órgãos financiadores, a partir de 1937: iniciando com o predomínio dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, seguido pela atuação do Banco Nacional de Habitação, criado em 1964, perdurando até 1986 quando houve a dissolução do Banco. A partir deste momento houve a dispersão desta iniciativa centralizada num programa nacional, dando lugar a ações isoladas em estados ou municípios.

O BNH concedeu financiamentos habitacionais em escala sem precedentes no Brasil. Esta produção gerou muitas críticas onde foram apontados problemas como qualidade da execução, falta de infraestrutura, isolamento em relação aos centros urbanos, o que talvez tenha afastado as discussões arquitetônicas desta temática. Com enfoque sobre as questões sociais, financeiras, políticas ou econômicas, as ações do BNH já foram amplamente verificadas. No entanto, a produção arquitetônica financiada pelo Banco tem ficado à margem das investigações.

O presente trabalho procura registrar um exemplar arquitetônico do período de atuação do BNH, que não tem sido contemplado por revisão cuidadosa. Desta forma, o Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega, em Campinas/SP, projetado entre 1973 e 1974 pelos arquitetos Joaquim e Liliana Guedes é verificado e registrado, buscando possíveis relações com a tendência Brutalista que caracterizava a Arquitetura Paulista naquele período.

Palavras-Chave: Arquitetura Moderna, Habitação Coletiva, Habitação Social, Conjuntos Habitacionais

Abstract

The development of official initiatives to provide housing for low-income populations in Brazil can be divided into three phases, according to the funding agencies, from 1937 onwards: starting with the predominance of the Institutos de Aposentadoria e Pensões [Retirement and Pension Institutes], followed by the Banco Nacional de Habitação [National Housing Bank], from 1964 to 1986, when the bank was dissolved. From then on, there was a dispersion of that initiative centralized in a national programme, which was replaced by isolated actions in states or municipalities.

BNH gave housing financing on an unprecedented scale in Brazil. That production was the object of much criticism centred on problems such as building quality, lack of infrastructure and isolation from urban centres, which may have contributed to prevent discussions on the architecture of these projects. The actions of BNH were investigated in a large number of studies focused on the social, financial, political or economic aspects of those actions. However, the architectural production financed by the bank has not been studied.

This article seeks to register an architectural example from the BNH period, which has not yet been the object of careful investigation. Thus, the Padre Manoel da Nóbrega Housing Project, in Campinas/SP, designed between 1973 and 1974 by the architects Joaquim and Liliana Guedes is studied and registered, seeking to find possible relations with the Brutalist trend that characterized the Paulista architecture of that period.

Key words: Modern Architecture, Collective Housing, Social Housing, Housing Projects.

1. Introdução ¹

O compromisso da arquitetura moderna com a habitação econômica remonta ao período entreguerras europeu. No Brasil, as preocupações governamentais com a carência habitacional são identificáveis ao longo da história através de várias iniciativas. Tem origem nos anos 30 com a criação das Carteiras Imobiliárias dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, possibilitando a aplicação de seus recursos na habitação econômica.

O desenvolvimento das iniciativas oficiais no provimento de habitações para a população de baixa renda no Brasil pode ser dividido em três fases, de acordo com os órgãos financiadores. A primeira delas, o período pré-BNH, marcou o início da intervenção estatal através da experiência dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – os IAPs, que através de suas carteiras prediais atuavam de forma fragmentária atendendo apenas aos associados; a Fundação da Casa Popular – FCP, instituída pelo Decreto Lei nº 9.218, em 1º de maio de 1946, a primeira iniciativa de âmbito nacional voltada unicamente à população de baixa renda e o Departamento de Habitação Popular – DHP, órgão da Prefeitura do então Distrito Federal. A segunda fase se definiu com a implantação do Banco Nacional de Habitação – o BNH, uma das primeiras ações do regime militar recém instalado em 1964; e a terceira, o período pós-BNH, teve início com a extinção do banco em 1986, desarticulando o programa habitacional no país, restando aos estados e municípios a busca de alternativas para tratar de sua carência de habitações.

Durante o seu período de atuação, entre 1964 e 1986, o BNH concedeu financiamentos habitacionais em escala sem precedentes no Brasil. As iniciativas em habitação social, fomentadas pelos IAPs, FCP ou DHP eram designadas como *conjuntos residenciais*. Promovida pelo BNH, esta produção assumiu a designação de *conjuntos habitacionais*. Os *conjuntos habitacionais* ocuparam vazios urbanos e expandiram a periferia das grandes e médias cidades. Tais conjuntos eram formados de pequenas casas em lotes privatizados, ou por blocos de apartamentos implantados numa área coletivizada, em sua maioria sem elevador ou *pilotis*. Esta produção gerou muitas críticas onde foram apontados problemas como qualidade da execução, falta de infra-estrutura e afastamento em relação aos centros urbanos, o que talvez tenha afastado as discussões arquitetônicas desta temática.

Muito se tem falado sobre o BNH no que diz respeito às questões econômicas, políticas, financeiras e sociais. Pouco ou nada tem sido verificado em relação aos aspectos arquitetônicos. A cisão entre o tema da habitação econômica e a reflexão sobre

¹ Este trabalho foi extraído da Tese de Doutorado desenvolvida pela autora: SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Habitação Coletiva Econômica na Arquitetura Moderna Brasileira entre 1964 e 1986**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura, PROPARG/UFRGS, nov. 2010.

arquitetura se perpetua no Brasil². Desta forma, os conjuntos habitacionais brasileiros, têm ficado à margem de investigações que considerem estas especificidades, sem considerar que esta prática disciplinar têm princípios arquitetônicos subjacentes como fontes de decisões de projeto, aplicado de forma adequada ou não. A ausência de reflexão sobre os conjuntos habitacionais do BNH denota preconceito sobre o tema, considerando-os uma produção sem qualidade, não arquitetura, ou de menor importância sob o ponto de vista do prestígio profissional do arquiteto.

Apenas para destacar o vínculo entre experimentações arquitetônicas e a produção financiada pelo BNH basta citar o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães do Prado, o CECAP Cumbica que, apesar de suas restrições orçamentárias, sem a mesma liberdade para investigação formal e compositiva da casa unifamiliar, demonstra especulações do Brutalismo Paulista, conforme evidenciado em trabalhos anteriores.³

A criação do BNH, em 1964, trouxe uma disponibilidade financeira para o suprimento do *deficit* habitacional sem precedentes no Brasil. A grande maioria dos conjuntos executados, no entanto, não atingiu a mesma qualidade arquitetônica do período anterior. É impossível não concordar com algumas características atribuídas por Bonduki aos conjuntos habitacionais do período de atuação do BNH:

“caracterizam-se, em geral, pela monotonia de sua arquitetura; pela ausência de relação com o entorno; por sua localização periférica, estendendo horizontalmente as cidades; pela despreocupação com a qualidade dos projetos e com o meio físico, resultando na depredação ambiental; ...”⁴

Na verdade tal comentário corrobora vários outros já vastamente desenvolvidos. Mas não é sobre uma constatação crítica deste teor que a reflexão que sustenta o presente trabalho está centrada. Muito menos sobre questões externas à disciplina da arquitetura

² Há que se reconhecer, no entanto, as pesquisas e reflexões desenvolvidas por Nabil G. Bonduki e, mais recentemente, por Paulo V. Bruna, em ambos os casos abordando o período pré-BNH, centrando seus enfoques nas questões arquitetônicas:

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998.

BRUNA, Paulo J. V. **Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento**. São Paulo, Perspectiva, 2002.

³ Ruth Verde Zein desenvolveu uma monografia sobre este conjunto, **Considerações sobre o Conjunto Habitacional Cecap Cumbica**, onde demonstra a utilização da unidade habitacional tipo de planta quadrada em projetos residenciais precedentes, retomando este tema na sua tese de doutorado.

“A idéia de criar uma unidade habitacional-tipo de planta quadrada comparece anteriormente na obra dos arquitetos que coordenaram o projeto, muito especialmente na de Paulo Mendes da Rocha, como, por exemplo, nas residências gêmeas para Lina Cruz e Paulo Mendes, no bairro Butantã, São Paulo (1964) e a residência Mário Masetti no bairro do Pacaembu, São Paulo (1968, contemporânea ao projeto do Conjunto de Cumbica).”

ZEIN, Ruth Verde. **A Arquitetura da Escola Paulista Brutalista 1953-1973**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura, PROPARG/UFRGS, out. 2005, p. 214.

⁴ BONDUKI, Nabil Georges. **Habitar São Paulo: Reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000, p. 21.

como as que envolvem aspectos financeiros ou sociais, assunto já bastante abordado. O que interessa aqui é investigar uma produção arquitetônica de forma a identificar e registrar suas características e vinculações doutrinárias.

O BNH teve na década de 70 o período de atividade mais intensa. Os anos 70 correspondem no Brasil ao predomínio na Escola Paulista, com a variante do Brutalismo como tendência ainda moderna, e a forte influência da concretização da cidade moderna em Brasília. O que o presente trabalho propõe é a retomada do tema da habitação econômica através do registro de um conjunto habitacional financiado pelo BNH, projetado por arquitetos vinculados à arquitetura moderna na sua versão brutalista, desenvolvida em São Paulo entre o segundo lustro dos anos 50 e meados da década de 70.⁵

A atenção sobre um exemplar arquitetônico do período de atuação do BNH, que não tem sido contemplado por revisão cuidadosa, parece oportuna. Desta forma, o Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega, em Campinas/SP, projetado entre 1973 e 1974 pelos arquitetos Joaquim e Liliana Guedes, é verificado e registrado buscando possíveis relações com a tendência Brutalista que caracterizava a Arquitetura Paulista naquele período.

2. Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega

Localizado na Vila Padre Manoel da Nóbrega, uma área de expansão urbana da cidade de Campinas/SP, o conjunto projetado por Joaquim e Liliana Guedes, entre 1973 e 1974, incorporou o nome do bairro na sua denominação. O **Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega** foi promovido pela COHAB, destinado para uma classe de renda mais baixa, faixa de população atendida pelas companhias estaduais de habitação. As restrições orçamentárias, envolvendo critérios de economia na definição de materiais adotados, assim como o atendimento nas necessidades de seus moradores em áreas mínimas constituiu um desafio para os arquitetos.

O Conjunto Manoel da Nóbrega fazia parte de um plano mais amplo na periferia urbana de Campinas onde, além da habitação coletiva, estava prevista habitação unifamiliar e equipamentos comunitários. Destinado para uma população egressa de favelas com renda incerta, o projeto considerou a realidade social dos usuários que, conforme afirmou Joaquim Guedes, levou a considerar conceitos “desvinculados de definições idealistas”⁶.

⁵ Na sua Tese de Doutorado, Ruth Verde Zein faz um levantamento, sistematiza e analisa um grande número de obras que confirma a existência da Arquitetura Paulista Brutalista. A partir disto define uma periodização da tendência entre 1955 e 1975: emergência, consolidação, expansão e difusão.

ZEIN, Ruth Verde. **A Arquitetura da Escola Paulista Brutalista 1953-1973**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura, PROPARG/UFRGS, out. 2005, p. 271.

⁶ SABBAG, 1985, p. 51.

Talvez pelo destaque que mereceram projetos anteriores, como as residências Cunha Lima (1958), Perseu Pereira (1967), L. Guedes (1971), ícones do Brutalismo Paulista, ou pela pequena disponibilidade de recursos, neste caso de habitação econômica, o Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega tenha ficado em segundo plano entre as obras de Guedes. Por outro lado, um olhar cuidadoso sobre este projeto, considerando suas especificidades, pode ser um exercício revelador. Foi publicado numa edição monográfica sobre Joaquim Guedes⁷, em quatro páginas quase que exclusivamente ilustrativas. Compareceu ainda na seção “Documento” da revista **Arquitetura e Urbanismo**⁸, sempre dedicada a um arquiteto, neste caso a Joaquim Guedes; e exemplificada em abordagens temáticas sobre habitação⁹ ou produção arquitetônica dos anos 70¹⁰. Além disto está presente em dois trabalhos acadêmicos: na tese de doutorado *Habitação popular em Campinas* de Lygia Gonçalves Constantino, e na dissertação de mestrado *Introdução à História da Tecnologia de Conjuntos Habitacionais* de Cristina M. Perissinoto Baron¹¹.



Fig. 1: Quarteirões destinados ao Conjunto Padre Manoel da Nóbrega (Google Maps)

A área destinada à habitação coletiva, nesta iniciativa de expansão urbana que coube a Joaquim e Liliana Guedes projetar, é formada por quatro quarteirões com um somatório de área de 6 ha. Tais quarteirões têm forma planimétrica irregular, situados dois a dois

⁷ CAMARGO, Mônica Junqueira. **Joaquim Guedes**. São Paulo: Cosac & Naify, 2000, p. 92-95.

⁸ PINI, Sandra Maria Alaga. Joaquim Guedes. Documento. **Arquitetura e Urbanismo**, n. 63, dez. 1995 /jan. 1996, p. 65-75.

⁹ SABBAG, 1985, p. 51.

¹⁰ ZEIN, Ruth Verde. “Nos últimos anos, surgem os novos caminhos e tendências”. **Projeto**, São Paulo, n. 53, p. 113, jul. 1983.

Projeto, Edição Especial 10 anos 1972-1982. São Paulo, n. 42, ago. 1982, p. 141.

¹¹ CONSTANTINO, Lygia Gonçalves. **Habitação popular em Campinas**. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU/USP, 1997, p.107.

BARON, Cristina M. Perissinoto. **Introdução à História da Tecnologia de Conjuntos Habitacionais**. São Carlos: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 1999, p.196-197.

em cabeceiras de conjuntos de quarteirões retangulares ocupados por habitação unifamiliar. Os quarenta e dois edifícios que formam o conjunto foram acomodados à declividade do solo, tentando evitar a necessidade de movimento de terra. O número de barras em cada um dos quarteirões varia de acordo com suas áreas.

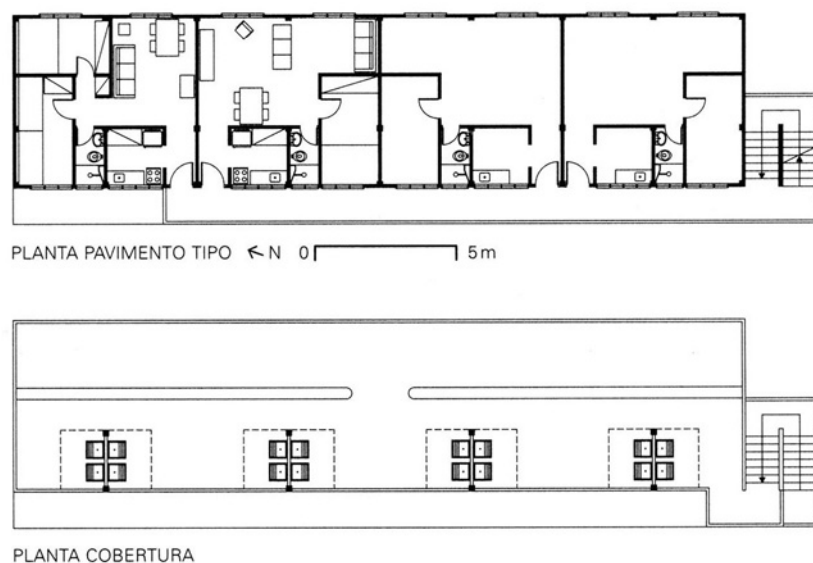


Fig. 2: Plantas baixas (CAMARGO, 2000, p. 95)

O projeto das edificações partiu da concepção de uma fita simples com quatro apartamentos por andar, alinhados junto à circulação horizontal em galeria aberta, e servida por caixa de escada, também sem compartimentação, situada no extremo de cada um destes conjuntos. Em alguns casos, o uso desta circulação foi otimizado pela articulação de uma segunda barra acessada por passarelas, onde as duas edificações se unem com uma pequena inflexão. As unidades habitacionais são todas iguais, com área compactada em 40 m², e duas fachadas opostas como possibilidade de fenestração, já que os extremos das barras permanecem intencionalmente como empenas cegas, estratégia amplamente usada pelo Brutalismo Paulista¹². Assim como no Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães do Prado, a planta dos apartamentos se aproxima a um quadrado perfeito, no qual os arquitetos sugeriram duas soluções que se diferenciam pelo acréscimo de mais uma compartimentação, mantendo a mesma área. Junto à fachada com a galeria aberta que dá acesso aos apartamentos estão a cozinha, o banheiro e um dormitório, onde altura do peitoril das janelas procura compensar a falta de privacidade nos compartimentos que demandam este cuidado. Para a janela da

¹² Sobre este contraponto entre fachadas com aberturas e empenas cegas ver: LEÃO, Silvia Lopes Carneiro; SANVITTO, Maria Luiza Adams. Opacidade e transparência das residências do Brutalismo Paulista. **Anais CD-ROM do I Seminário Docomomo Sul – A segunda idade do vidro: transparência e sombra na arquitetura moderna do cone sul americano 1930-1979**. Porto Alegre: PROPARG-UFGRS, 28 a 30 de agosto de 2006.

cozinha, os arquitetos garantiram boa iluminação e ventilação, com a abertura ocupando toda a largura do compartimento, altura entre o balcão de trabalho e a previsão de um armário superior, permitindo assim a máxima utilização do espaço interno. A opção de mais uma compartimentação está associada à fachada oposta, onde a sala que ocupa toda a largura do apartamento poderia ser subdividida para criar o segundo dormitório. Os apartamentos têm em torno de 6,50 metros de largura por 6,00 metros de profundidade. Com quatro apartamentos por andar, é possível supor que o comprimento de cada uma das barras chegue a 26,00 metros, enquanto que a dimensão transversal, considerando a largura da galeria aberta de 1,50 m, seria de 7,50 metros¹³.

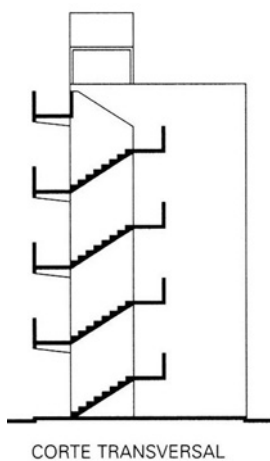


Fig. 3: Corte
(CAMARGO, 2000, p. 95)



Fig. 4: Foto de fachada com a galeria
(CAMARGO, 2000, p. 94)



Fig. 5: Foto de fachada com aberturas (CAMARGO, 2000, p. 94)

A altura foi prevista em quatro pavimentos, com o térreo repetindo a planta dos pavimentos superiores sem nenhuma alteração. Em quatro pavimentos, com quatro apartamentos por andar, cada uma das barras propostas para este conjunto reúne dezesseis apartamentos. Num total de 672 unidades habitacionais em 6 ha, a densidade

¹³ Medidas aproximadas com base na escala gráfica que acompanha os desenhos em CAMARGO, 2000, p. 95.

deste conjunto seria de 112 unidades por hectare. O acesso às unidades habitacionais no térreo é direto a partir dos espaços abertos, e a falta de privacidade na fachada oposta um fato confirmado pela inexistência de desnível interior-externo que pudesse atender a esta demanda. A lavanderia foi descartada como uma atividade individual dos apartamentos, e coletivizada na cobertura dos edifícios com a instalação de quatro pequenas áreas cobertas, cada uma com quatro tanques. Foi uma solução incomum na época, com precedência apenas na proposta de Affonso Eduardo Reidy para o Conjunto Residencial Marques de São Vicente (Gávea/RJ), ao que tudo indica bem aceita neste conjunto de Campinas¹⁴.

O sistema construtivo proposto é bastante convencional, onde os elementos de concreto armado assim como os planos verticais de tijolos foram dissimulados pelo revestimento de argamassa caiada de branco. A justificativa da galeria aberta como elemento de proteção solar parece um pouco forçada, uma vez que a implantação levou esta fachada às mais diversas orientações, onde nem sempre este recurso seria eficiente. Por outro lado, a predominância de linhas horizontais, que se tornam mais delgadas junto aos extremos opostos às caixas de escada, onde deixam de existir os peitoris com a continuidade apenas das lajes, confere harmonia ao todo. Numa composição bastante diversa, aberturas de igual dimensão se distribuem como único elemento presente na fachada oposta, num contraste de cheios e vazios muito bem proporcionado. Os volumes das pequenas áreas cobertas no terraço superior arrematam o coroamento da composição.



Fig. 6: Implantação (Montagem a partir de originais do Arquivo da Biblioteca da FAU/USP)

¹⁴ “A lavanderia foi instalada na cobertura dos edifícios porque as unidades não tinham área de dimensão satisfatória, sobretudo para a secagem de roupas. A solução, incomum na época, foi bem aceita pela população.”

SABBAG, 1985, p. 51.

Além disto, as fotos na publicação CAMARGO, 2000, p. 95 mostram a área sendo usada.

A primeira percepção de uma implantação livre se desfaz com o olhar mais cuidadoso, que permite a identificação de uma sutileza. Esta segunda verificação demonstra a linearidade que predomina como recurso geométrico para a implantação, onde inflexões de 20 a 35 graus, em relação ao eixo norte-sul, trazem alguma diversidade evitando a monotonia. Esta distribuição das edificações sobre o solo configura diferentes espaços abertos sem previsão de uso. Cópias dos desenhos originais pertencentes ao Arquivo da Biblioteca da FAU/USP demonstram a proposta de uma malha de linhas, com inflexões e cruzamentos que fogem da geometria ortogonal, correspondendo ao acesso de pedestres às edificações. Chama a atenção o excesso de possibilidades de encaminhamentos nesta previsão. Não existe reserva de área para estacionamento do interior dos quarteirões ou nas suas bordas.

As edificações isoladas ou articuladas duas a duas sobre um solo coletivizado contrastam com o entorno onde os quarteirões são menores e parcelados homoganeamente. A ausência de equipamentos pode ser justificada pela existência de um plano mais amplo, onde pudessem estar presentes ou, como aconteceu em vários outros conjuntos do BNH, simplesmente ignorados na execução.



Fig. 7: Linearidade e inflexões na implantação (AU, n. 63, p. 68)

O projeto de Joaquim e Liliana Guedes se concentrou na definição de uma unidade habitação, justaposta e sobreposta repetidamente formando um modelo de edificação a ser reproduzida, conforme o ideário moderno. A linearidade da implantação, no entanto, é dissimulada pelas três inflexões cuidadosamente definidas em relação a um eixo norte-sul. Criam uma diversidade de espaços abertos e efeitos de paralaxe bastante ricos, que podem ser verificados nas fotos de agrupamentos de edificações presentes em publicações. Desta forma, as áreas externas entre as barras edificadas não se configuram como circulações lineares, mas como espaços que ora se alargam ora se estreitam. Esta riqueza espacial, no entanto, não é acompanhada de uma definição de uso. As bordas dos quarteirões são continuidades destes espaços abertos, fugindo do alinhamento das edificações ao longo das ruas, conforme propagado pela Carta de Atenas. O Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega revela identidade em relação ao ideário moderno, contrariado pela implantação que foge à geometria racionalista. Igualmente repete a superquadra moderna e a segregação entre o pedestre e o automóvel, enquanto ocupa o térreo com habitação sem, no entanto, solucionar problemas de privacidade pelo estrito ditame moderno da coletivização do solo.

3. Referências

BARON, Cristina M. Perissinoto. **Introdução à História da Tecnologia de Conjuntos Habitacionais**. São Carlos: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 1999, p.196-197.

BONDUKI, Nabil Georges. **Habitar São Paulo: Reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000, p.21.

_____. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998.

BRUNA, Paulo J. V. **Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento**. São Paulo, Perspectiva, 2002.

CAMARGO, Mônica Junqueira. Documento: Fábio Penteado. **Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 105, dez. 2002, p. 53-59.

CAMARGO, Mônica Junqueira. **Joaquim Guedes**. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

CONSTANTINO, Lygia Gonçalves. **Habitação popular em Campinas**. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU/USP, 1997, p.107.

LEÃO, Silvia Lopes Carneiro; SANVITTO, Maria Luiza Adams. Opacidade e transparência das residências do Brutalismo Paulista. **Anais CD-ROM do I Seminário Docomomo Sul – A segunda idade do vidro: transparência e sombra na arquitetura moderna do cone sul americano 1930-1979**. Porto Alegre: PROPARG/UFGRS, 28 a 30 de agosto de 2006.

PINI, Sandra Maria Alaga. Joaquim Guedes. Documento. **Arquitetura e Urbanismo**, n. 63, dez. 1995 /jan. 1996, p. 65-75.

SABBAG, Haifa Y. Vilas operárias, iaps, conjuntos habitacionais. Fazendo a morada popular. **Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 3, nov. 1985, p. 39-51.

Projeto, Edição Especial 10 anos 1972-1982. São Paulo, n. 42, ago. 1982, p. 141.

SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Habitação Coletiva Econômica na Arquitetura Moderna Brasileira entre 1964 e 1986**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura, PROPARG/UFGRS, nov. 2010.

ZEIN, Ruth Verde. “Nos últimos anos, surgem os novos caminhos e tendências”. **Projeto**, São Paulo, n. 53, jul. 1983, p. 113.

_____. **Considerações sobre o Conjunto Habitacional Cecap Cumbica**. Porto Alegre: Monografia, Faculdade de Arquitetura, PROPARG/UFGRS set. 1997.

_____. **A Arquitetura da Escola Paulista Brutalista 1953-1973**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura, PROPARG/UFGRS, out. 2005.